



INFORME JURÍDICO

ANO XXVI

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

02 / MAIO / 2022

STF: RETOMADO JULGAMENTO DE AÇÃO BILIONÁRIA SOBRE CRÉDITO DE VAREJISTAS

Congresso tenta, em paralelo, endereçar solução legislativa para efeito colateral de decisão da Corte

Por Beatriz Olivon, Valor — Brasília

[Ler íntegra](#)

LEGISLATIVO

PROJETO NO SENADO GARANTE CRÉDITO DE ICMS NA TRANSFERÊNCIA DE MERCADORIA

PL segue agora para votação no plenário ao mesmo tempo em que STF trata da mesma questão no julgamento da ADC 49

CRISTIANE BONFANTI

[Ler íntegra](#)

STF REDUZ IMPACTO DE VITÓRIAS DOS CONTRIBUINTES

Ministros reduziram o impacto da decisão que afastou a incidência de IR e CSLL sobre a Selic

Por Beatriz Olivon — De Brasília

[Ler íntegra](#)

STF: JULGAMENTO MAIS IMPORTANTE DO SEMESTRE É REDIRECIONADO PARA O PLENÁRIO VIRTUAL

Discussão trata sobre quebra de decisões favoráveis aos contribuintes
Por Joice Bacelo

[Ler íntegra](#)

STF: ROSA WEBER DESENGAVETA AÇÃO SOBRE CIDE-COMBUSTÍVEIS

Discussão foi levada pela PGR à Corte em 2007 e, desde lá, o processo estava parado

Por Joice Bacelo

[Ler íntegra](#)

IPI: GOVERNO PUBLICA DECRETO QUE AMPLIA PARA 35% CORTE NA ALÍQUOTA DO IMPOSTO

A medida tem um impacto de R\$ 15,218 bilhões na arrecadação em 2022, de R\$ 27,391 bilhões em 2023, e de R\$ 29,328 bilhões em 2024

Por Valor — Brasília

[Ler íntegra](#)

STF DERRUBA DECRETOS PRESIDENCIAIS E RESTABELECE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EM ÓRGÃOS AMBIENTAIS

Colegiado considerou que as alterações promovidas pelos decretos resultaram em retrocesso em matéria ambiental.

[Ler íntegra](#)

NOS CONFORMES

SUPREMO RECONHECE CONSTITUCIONALIDADE DE LEI DO SETOR ELÉTRICO DE 2004

Por Rafa Santos

A Medida Provisória 144/2003, posteriormente convertida na Lei 10.848/2004, que fixou balizas para o setor elétrico, é constitucional. Com esse entendimento, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal encerrou uma controvérsia que tramitava na Corte desde 2003, quando a MP foi editada.

[Ler íntegra](#)

TRIBUTÁRIO

STJ NEGA ISENÇÃO DE IPI A ESTABELECIMENTO EQUIPARADO AO INDUSTRIAL

Entendimento é o de que lei concedeu benefício para estabelecimentos industriais, mas não aos equiparados

CRISTIANE BONFANTI

[Ler íntegra](#)

EXECUÇÃO DE CRÉDITOS

CREDORES SERÃO TRATADOS IGUALMENTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, DECIDE STJ

Por Rafa Santos

Crédito existente antes do pedido de recuperação judicial se submete ao programa de reestruturação. Esse entendimento foi o entendimento firmado na quarta-feira (27/4) pela 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça.

[Ler íntegra](#)

UNIÃO VENCE NO STJ DISPUTA DE R\$ 155 BI SOBRE CRÉDITOS DE COFINS

1ª Seção, em caráter repetitivo, negou benefício a empresas no regime monofásico

Por Joice Bacelo, Valor — Rio

[Ler íntegra](#)

JUSTIÇA ASSEGURA VITÓRIA DO CONTRIBUINTE NO CARF

Sentença afastou possibilidade de desempate por um representante da Fazenda

Por Arthur Rosa — De São Paulo

[Ler íntegra](#)

PAUTA FISCAL

TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA: HÁ TRIBUTAÇÃO SOBRE DESCONTOS CONCEDIDOS PELA PGFN?

Tendência nos TRFs é reconhecer a tributação de figuras que representam receita para fins contábeis

HENRIQUE ROTH ISFER

[Ler íntegra](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)